

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 620.092 - SP
(2014/0300886-0)**

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : HOSPITAL INDEPENDÊNCIA ZONA LESTE LTDA
AGRAVANTE : INASA HOSPITALAR S/A
ADVOGADOS : ELAINE SHIINO NOLETO E OUTRO(S) - SP262221
LUCIANA CHRISTINA GUIMARÃES LÓSSIO E OUTRO(S) -
DF015410
DIEGO RANGEL ARAUJO - DF056315
AGRAVADO : CEDIMAGE - RESSONÂNCIA E TOMOGRAFIA S/C LTDA
ADVOGADO : SANDRA MARIA ABDALLA ROSTAGNO E OUTRO(S) -
SP061527
INTERES. : HOSPITAL MATERNIDADE PIO XII S/C LTDA
INTERES. : MEG LESTE HOSPITALAR S/A

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIOLOGIA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. AGRADO NÃO PROVIDO.

1. Não se verifica a alegada ofensa ao art. 535, II, do CPC/1973, uma vez que o Tribunal de origem prestou jurisdição completa, não havendo omissões a sanar. Apenas as omissões relevantes ao julgamento da causa, as quais, se acolhidas, poderiam alterar o resultado do julgamento, ensejam o provimento do recurso especial por omissão, o que não se verifica no caso dos autos.

2. No recurso especial, a ausência de impugnação de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão recorrido atrai o óbice da Súmula 283 do STF.

3. No caso, o Tribunal de origem, examinando as circunstâncias da causa, consignou que *"a apelante firmou um contrato diferente com cada um dos réus, mas todos na mesma data e assinados pelo mesmo sócio (...), sendo possível depreender da leitura de alguns contratos que, de fato, todos os réus usufruíram do serviço prestado, mas as cobranças eram emitidas em nome de apenas uma empresa do grupo, a fim de facilitar as cobranças."* Portanto, a hipótese não é de desconsideração da personalidade jurídica de uma das sociedades empresárias para alcançar as demais, que seriam estranhas à relação contratual - tal como alegado pelas agravantes -, mas, ao contrário, de reconhecimento da existência de efetivo vínculo negocial entre a autora e as quatro sociedades recorrentes. Esse fundamento, contudo, não obstante suficiente à manutenção do julgado, não foi impugnado pelas recorrentes no recurso especial.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente), Marco Buzzi e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de maio de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator

